

Ministério Público

Minas Gerais

Concurso 43

Prova Preambular (1º Fase)

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

O controle preventivo realizado pelo Poder Judiciário sobre projeto de lei em trâmite na Casa Legislativa visa garantir

- a) aos parlamentares o devido processo legislativo.
- b) aos membros do Poder Legislativo o direito público e subjetivo de participar de um processo legislativo hígido.
- c) a vedação na própria Constituição do trâmite da espécie normativa.
- d) um procedimento em total conformidade com a Constituição, sendo incabível a extensão do controle sobre aspectos discricionários concernentes às questões políticas.
- e) o controle preventivo de constitucionalidade em abstrato existente em nosso sistema constitucional.

2. A autonomia municipal assenta-se, **EXCETO**

- a) na capacidade de auto-organização;
- b) na capacidade de autolegislação com competência de elaboração de leis municipais sobre matérias reservadas à sua competência exclusiva e suplementar;
- c) na capacidade de autogoverno, pela eletividade do Prefeito e dos Vereadores às respectivas Câmaras Municipais;
- d) na capacidade de organizar e gerir seu sistema de ensino, exercendo atividade delegada do Poder Público federal;
- e) na capacidade de auto-administração.

3. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Não se inclui na esfera de competência da Suprema Corte o poder de efetuar, em sede concentrada, a fiscalização normativa abstrata de leis municipais em face da Constituição da República.
- b) A fiscalização de constitucionalidade das leis e atos normativos municipais, nos casos em que estes venham a ser questionados em face da Carta da República, somente se legitima em sede de controle incidental.
- c) Inexiste, no ordenamento positivo brasileiro, a ação de inconstitucionalidade de lei municipal, quando impugnada *in abstracto* em face da Constituição Federal.
- d) Os legitimados para propor ação direta de inconstitucionalidade possuem legitimação ativa universal, prescindindo da demonstração da relação de pertinência temática entre o ato impugnado e suas funções institucionais.
- e) O fato de um decreto, eventualmente, restringir o alcance de uma lei pode implicar a decretação de ilegalidade, mas não de sua inconstitucionalidade para o fim de ensejar a propositura de ação direta de inconstitucionalidade perante o STF.

4. Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Forma de governo é o modo pelo qual se estrutura a organização estatal.
- b) Forma de governo é a maneira como se organiza e se exerce o poder político na sociedade e, conseqüentemente, a relação que se trava entre governantes e governados.
- c) Forma de governo designa o *modus faciendi* dos vínculos político-institucionais travados entre o Executivo e o Legislativo.
- d) Forma de governo refere-se ao grau de participação popular na formação da vontade política do Estado, variando de acordo com a acessibilidade do povo aos negócios e deliberações estatais.
- e) Forma de governo é a maneira como se estrutura a organização estatal e o grau de participação popular na formação da vontade política do Estado.

5. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos, **EXCETO**

- a) polícia federal;
- b) polícia rodoviária federal e polícia ferroviária federal;
- c) guardas municipais;
- d) polícias militares e corpos de bombeiros militares;
- e) polícias civis.

6. Fala-se em direitos fundamentais sujeitos à reserva de lei restritiva, quando

- I. nos preceitos constitucionais a eles referidos se prevê expressamente a possibilidade de sua limitação pela lei.
 - II. as normas legais editadas complementam, precisam ou definem o conteúdo de proteção de um direito fundamental ou atribuem-lhe uma disciplina jurídica.
 - III. remissão à lei feita pelas normas constitucionais relativas a direitos fundamentais compreende uma autorização de restrição.
 - IV. remissão à lei feita pelas normas constitucionais relativas a direitos fundamentais indica a necessidade de conformação do direito previsto através de mediação legislativa.
- a) Todas as alternativas estão corretas.
 - b) Apenas as alternativas I e IV estão corretas.
 - c) Apenas as alternativas II , III e IV estão corretas.

- d) Apenas as alternativas II e IV estão corretas.
- e) Apenas as alternativas I, II e IV estão corretas.

7. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. Para assegurar a efetividade desse direito incumbe ao Poder Público:

- I. preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;
 - II. preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;
 - III. exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;
 - IV. proteger a fauna e a flora, vedadas na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;
 - V. definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.
- a) Apenas as alternativas II e IV estão corretas.
 - b) Apenas as alternativas II e V estão corretas.
 - c) Todas as alternativas estão corretas.
 - d) Apenas as alternativas I, III, IV e V estão corretas.
 - e) Apenas as alternativas III e V estão corretas.

8. Constitui assunto de interesse local dos Municípios para fins legislativos, **EXCETO**:

- a) criação, organização e supressão de distrito, observada a legislação estadual.
- b) planejamento do uso e ocupação do solo, devendo, para tanto, ser observadas as diretrizes traçadas pelo plano diretor.
- c) fixação do regime jurídico dos seus servidores, observada a diversificação quanto aos da administração direta, da autárquica, da fundacional em relação aos das demais entidades da administração indireta.
- d) instituição de região metropolitana.
- e) instituição, decretação e arrecadação dos tributos de sua competência e a polícia administrativa de interesse local.

9. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
- b) São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros, sendo a assistência à saúde livre à iniciativa privada.
- c) As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único.
- d) É permitida a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas, inclusive com fins lucrativos, que participem de forma complementar do sistema único de saúde.

- e) São diretrizes do sistema único de saúde: a descentralização, com direção única em cada esfera do governo, o atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais, e a participação da comunidade.
10. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos, **EXCETO**
- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
 - b) a cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada e proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;
 - c) amparo às crianças e adolescentes carentes;
 - d) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
 - e) a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

DIREITO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

11. Em relação a lei de responsabilidade fiscal, podemos afirmar, **EXCETO**:
- a) () Uma das metas é a busca do equilíbrio das contas públicas.
 - b) () Quadrimestralmente, verificando que a receita não será suficiente para o cumprimento das metas constantes do Anexo de Metas Fiscais da LDO, a Administração deverá promover limitação de empenho e corte na movimentação financeira para corrigir a distorção.
 - c) () É possível incentivos fiscais, nos termos da lei.
 - d) () Todo aumento de despesa necessário que a administração pública demonstre o impacto financeiro e declaração de responsabilidade.
 - e) () A lei limita gastos com pessoal, verificado em relatório quadrimestral;
12. Relativamente às modalidades de licitação, assinale a opção **INCORRETA**:
- a) () O leilão serve para a venda de bens inservíveis e de produtos apreendidos ou penhorados, bem como de imóveis oriundos de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, em que seja útil a alienação.
 - b) () Em, regra o critério para a avaliação das propostas é o menor preço, entretanto, há situações, que podem ser suados os critérios de “melhor técnica” ou de “técnica e preço”;
 - c) () no caso de empate, têm preferência os bens e serviços produzidos no País e, sucessivamente, aqueles produzidos ou prestados por empresa brasileira, podendo, inclusive ser decidido por sorteio.
 - d) () Nas grandes concorrências, deve haver uma audiência pública antes do edital
 - e) () A concorrência possui as seguintes fases, até sua finalização: edital, habilitação dos concorrentes, classificação das propostas e homologação do vencedor.
13. Assinale a alternativa **INCORRETA**:
- a) () Existe diferença entre coisas e bens, pois, coisa é gênero de que bem é espécie.
 - b) () Bens públicos no direito brasileiro, classificam-se em três grupos: bens de uso comum, bens de uso especial e bens dominicais.
 - c) () Bem dominical é o mesmo que bem dominial.
 - d) () Os terrenos de marinha são faixas de terra e areia, contíguas ao mar, medindo 33 (trinta e três) metros contados para o interior, a partir do preamar médio.
 - e) () Os rios limítrofes de dois Estados são bens públicos estaduais dominicais;

14. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) () A perda de cargo do servidor público estável por desempenho insuficiente não será precedida de ampla defesa e contraditório quando a insuficiência for pública e notória.
- b) () São requisitos para a estabilidade: concurso e três anos no exercício de cargo efetivo.
- c) () Os vencimentos tem caráter salarial e alimentar, sendo impenhoráveis, o que não ocorre com os subsídios, por terem outra natureza.
- d) () A EC 20, de 16.12.1998, estabeleceu regime de transição para a aposentaria voluntária dos servidores que já se encontravam no serviço público na data da publicação, impondo requisitos, para aposentadoria com proventos integrais e proporcionais;
- e) () É vedada a acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, na administração direta, indireta e fundacional, bem como em sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público.

15. Assinale a opção **CORRETA**:

A extinção de um ato administrativo perfeito, por motivo de conveniência e oportunidade, denomina-se

- a) () anulação.
- b) () invalidação.
- c) () finalidade.
- d) () razoabilidade.
- e) () revogação.

16. Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) () O poder discricionário confere ao administrador certa liberdade para a prática de atos administrativos, no que se refere á escolha se sua oportunidade e conveniência.
- b) () Os chefes do Executivo pode regulamentar a lei por decreto.
- c) () Poder de polícia é a faculdade de que dispõe a administração pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividade e direitos individuais, em benefício da sociedade ou do Estado.
- d) () Considerando a natureza e os efeitos da atuação da polícia administrativa, os atos administrativos praticados nesse esfera são estritamente vinculados.
- e) () O controle externo da administração é realizado pelo Poder legislativo, com o auxílio dos Tribunais de Contas, bem como pelo Poder Judiciário, este, quando provocado.

17. Assinale a alternativa **correta**:

- a) () A ação ou omissão que venha a ocasionar a violação da legislação tributária (art. 96 – CTN), por inadimplemento de obrigação tributária principal ou acessória, podendo também constituir ilícitos fiscais ou penais, nunca simultaneamente;
- b) () Existe infração tributária que, pela sua gravidade, pode ser punida exclusivamente pela legislação penal;
- c) () Impossível a infração tributária culposa, considerando que a lei define como conduta ilícita, e considerando querer o agente aquele resultado.
- d) () No direito tributário, a correção monetária é considerada uma penalidade, decorrente da falta de pagamento.
- e) () Inexistem distinção entre a pena de apreensão e a de perda de mercadoria.

18. Assinale a alternativa **incorreta**;

- a) () A legislação tributária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios vigora, no País, fora dos respectivos territórios, nos limites em que lhe reconhecem extraterritorialidade os convênios de que participem, ou do que disponham esta ou outras leis de normas gerais expedidas pela União.
- b) () O Sistema Tributário Nacional foi instituído por uma reforma operada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1º de dezembro de 1965.
- c) () O direito tributário regula as relações entre os indivíduos e o fisco, sendo informado por princípios comuns a quase todos os sistemas jurídicos, destacando-se, os da legalidade, da anterioridade, da igualdade, da competência, da capacidade contributiva, da vedação do confisco e o da liberdade de tráfico.
- d) () São características do direito tributário: o ordenamento de direito público; ordenamento de direito comum e ordenamento de direito obrigacional.
- e) () Em matéria tributária, pode ser objeto de delegação a legislação sobre planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos.

19. Assinale a alternativa **correta**:

- a) () Excluem o crédito tributário a isenção, a anistia e a garantia.
- b) () A isenção de tributos só pode ser concedida por lei complementar.
- c) () As modalidades de lançamento, previstas no Código Tributário Nacional são: de ofício, por declaração e por homologação.
- d) () A cobrança judicial do crédito tributário sujeita-se a habilitação em falência.
- e) () Responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas do sujeito passivo.

20. Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) () O ICMS incidirá sobre operações que destinem ao exterior produtos industrializados e os semi-elaborados definidos em lei complementar.
- b) () O fato gerador do ICMS é a realização de operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de comunicações e transportes de natureza não estritamente municipal.
- c) () Não são consideradas mercadorias, para efeito de incidência de ICMS, as coisas adquiridas para uso e consumo empresarial.
- d) () A não cumulatividade do ICMS significa que compensa-se o que for devido, em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços, com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo Estado, por outro ou pelo Distrito Federal.
- e) () O lançamento do ICMS sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços é feito por homologação da autoridade.

DIREITO PENAL

21. A respeito da lei penal no tempo, marque a opção **FALSA**.

- a) A denominada lei penal intermediária, sendo a mais benéfica, retroagirá em relação à lei anterior (do tempo do fato) e será, ao mesmo tempo, ultrativa em relação à lei posterior (que a sucedeu antes do esgotamento dos efeitos jurídico-penais do acontecimento delitivo).
- b) A lei posterior, que deixa de considerar como crime uma determinada conduta, retroage para alcançar os fatos anteriores à sua vigência, ainda que definitivamente julgados.
- c) As leis excepcionais ou temporárias são ultrativas, ou seja, têm eficácia mesmo depois de cessada sua vigência, regulando os fatos praticados durante seu tempo de duração.
- d) Em decorrência do princípio da legalidade, a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o agente.
- e) Em virtude da *abolitio criminis* cessam a execução e os efeitos principais da sentença condenatória, como a imposição de pena, permanecendo os efeitos secundários, como a reincidência e a menção do nome do réu no rol dos culpados.

22. **Caso:** João, querendo a morte de José, contra ele efetua disparo de arma de fogo, acertando-o na região torácica. Embora atingido em área nobre do corpo humano, José vem a falecer não em virtude do disparo recebido, mas porque, com intenção suicida, havia ingerido veneno momentos antes de sofrer a agressão. João responderá

- a) por delito algum, uma vez que, aplicando-se o processo de eliminação de THYRÉN, sua conduta não pode ser considerada a causadora da morte de José.
- b) por homicídio culposo.
- c) por homicídio doloso consumado.
- d) por homicídio doloso tentado.
- e) por lesão corporal consumada.

23. O princípio da insignificância atua como instrumento de

- a) diminuição da pena.
- b) extinção da punibilidade.
- c) interpretação restritiva do tipo penal.
- d) limitação da culpabilidade do agente.
- e) mensuração da ilicitude da conduta.

24. Não obstante os esforços doutrinários, ainda não surgiu na dogmática penal teoria capaz de estabelecer segura delimitação entre atos preparatórios e início de execução. A jurisprudência também é vacilante, como comprovam os diferentes acórdãos que enfrentam o problema. Analise o julgado abaixo e indique a teoria na qual ele se fundamentou.

“O simples fato de o apelante ter aberto o portão, ingressado no quintal e colocado o corpo para dentro da janela da moradia não pode significar começo de execução de um crime de furto, cujo núcleo do tipo é ‘subtrair’. É preciso ‘um começo típico de execução, para que haja delito tentado’” (JUTACrim 99/151).

- a) Teoria da hostilidade ao bem jurídico.
- b) Teoria da univocidade.
- c) Teoria objetivo-formal.
- d) Teoria objetivo-material.
- e) Teoria subjetiva.

25. Uma revista voltada para a área das ciências penais fez uma reportagem com LUIGI FERRAJOLI, autor que desenvolveu a teoria do garantismo penal. Depois de publicada a matéria, FERRAJOLI escreveu uma carta para a redação da revista reclamando que uma das frases em destaque não teria sido dita por ele. Identifique a opção que **NÃO PODE** ser atribuída a FERRAJOLI.

- a) “A pena é uma demonstração da vigência da norma à custa de um responsável, cuja função é, portanto, afirmar positivamente a sua validade, que é a estabilização da norma lesionada, como réplica que tem lugar frente ao questionamento da norma.”
- b) “A proibição e a ameaça penal protegem os possíveis ofendidos contra os delitos, ao passo que o julgamento e a imposição da pena protegem, por mais paradoxal que pareça, os réus contra as vinganças e outras reações mais severas.”
- c) “A sujeição do juiz à lei já não é, como o velho paradigma positivista, sujeição à letra da lei, qualquer que seja o seu significado, senão sujeição à lei enquanto válida, quer dizer, coerente com a Constituição.”
- d) “As garantias penais e processuais, de fato, não são mais do que técnicas que têm por objetivo minimizar a violência e o poder punitivo: isto é, reduzir ao máximo a previsão dos crimes, o arbítrio dos juízos e o tormento das penas.”
- e) “O Estado, nos ordenamentos democráticos, não pode constituir bem ou valor próprio, visto ser apenas instrumento de consecução das garantias.”

26. **Caso:** Pedro foi encontrado portando arma de fogo, sem autorização legal para tanto, logo após efetuar um disparo contra sua ex-mulher em plena via pública, agindo com o nítido propósito de expor a vida dela a perigo iminente de lesão. Considerando a descrição típica dos crimes de *perigo para a vida ou saúde de outrem* (CP - Art. 132. **Expor a vida ou a saúde de outrem a perigo direto e iminente: Pena – detenção, de 3 meses a 1 ano, se o fato não constitui crime mais grave**) e *disparo de arma de fogo* (Lei 9.437/97 - Art. 10 [...] Pena – detenção de 1 a 2 anos e multa. §1.º **Nas mesmas penas incorre quem: I [...] II [...] III – disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela, desde que o fato não constitua crime mais grave**), Pedro responderá

- a) por ambos, em concurso formal imperfeito (art. 70, segunda parte, CP).
- b) por ambos, em concurso formal perfeito (art. 70, primeira parte, CP).
- c) por ambos, em concurso material (art. 69, CP).
- d) somente pelo *perigo para a vida ou saúde de outrem* (art. 132, CP), pois a hipótese caracteriza conflito aparente de normas, e não concurso de crimes.
- e) somente por *disparo de arma de fogo* (art. 10, §1º, III, Lei 9.437/97), pois a hipótese caracteriza conflito aparente de normas, e não concurso de crimes.

27. A respeito das causas legais de exclusão da ilicitude, marque a alternativa **INCORRETA**.

- a) A chamada *legítima defesa recíproca* não é admissível na modalidade autêntica ou real.
- b) Admite-se estrito cumprimento de dever legal nos crimes culposos.
- c) Ocorre exercício regular de direito quando alguém atua exercendo um direito que lhe é outorgado por um ramo da Ciência Jurídica.
- d) Pode ocorrer estado de necessidade recíproco nas modalidades real e putativo.
- e) Segundo o Código Penal, o agente responderá, em qualquer das causas de justificação, por excesso doloso ou culposos.

28. **Caso:** “Clarice de tal, residente na zona rural do município de Ipirá, Bahia, deliberou, em razão dos maus-tratos sofridos e constantes ameaças de morte, matar seu companheiro, Luís José de tal. Para tanto, deu-lhe uma refeição, acondicionada em vasilha plástica, composta de farinha e carne, sendo que, ao prepará-la, adicionou-lhe uma colher de chá do veneno conhecido por ‘chumbinho’. Posteriormente, Luiz José encontrou os seus filhos Rogério, 7 anos, e Gilvânia, 12 anos, aos quais entregou a marmita, a fim de que a levassem para casa, em razão de não haver serviço naquele dia. Ocorreu que os menores, antes de chegarem à residência, comeram a refeição e, em consequência, agonizaram até a morte” (QUEIROZ, Paulo. A propósito da *aberratio ictus*. *Boletim do Instituto de Ciências Penais*, n. 35, abr. 2003).

Aplicando-se ao caso a **teoria da equivalência**, consagrada no art. 73 do Código Penal, Clarice deverá responder

- a) por homicídio doloso consumado contra Luiz José (figura simples).
- b) por homicídio doloso consumado contra Luiz José (qualificado, em razão do emprego de veneno).
- c) por homicídio doloso consumado contra Luiz José (qualificado, em razão do emprego de veneno) e duplo homicídio culposo contra os filhos Rogério e Gilvânia.
- d) por homicídio doloso tentado contra Luiz José (figura simples) e duplo homicídio culposo contra os filhos Rogério e Gilvânia.
- e) por homicídio doloso tentado contra Luiz José (qualificado, em razão do emprego de veneno) e duplo homicídio culposo contra os filhos Rogério e Gilvânia.

29. Com relação à culpabilidade, é **INCORRETO** afirmar:

- a) A categoria (ou a idéia) de liberdade constitui-se em um ponto comum entre as teorias da culpabilidade.
- b) A concepção finalista da culpabilidade incorpora a idéia de autodeterminação da pessoa, ainda que limitada.
- c) A função da responsabilidade, no sistema de CLAUS ROXIN, consiste na comprovação do merecimento ou não da pena pelo autor do delito.
- d) De acordo com a teoria funcional, o conceito de culpabilidade é formal e seu conteúdo deverá ser buscado segundo as exigências dos fins da pena.
- e) O conceito social de culpabilidade significa a atribuição de responsabilidade com base na reprovabilidade de um ato cometido na vida social de um sistema livre, exigindo a possibilidade do autor de atuar de um modo diferente.

30. Objetivando o gradual retorno do sentenciado ao convívio social, a legislação brasileira adotou o sistema progressivo para a execução das penas privativas de liberdade. Todavia, a falta de adaptação ao regime menos rigoroso poderá determinar a regressão ao regime mais severo nas hipóteses definidas na LEP. As alternativas abaixo autorizam a regressão do regime prisional, **EXCETO**:

- a) condenado a cumprir a pena desde o início no regime aberto que, por razão injustificada, deixa de comparecer à audiência de aceitação das condições.
- b) condenado do regime aberto que não pagar, podendo, a multa cumulativamente imposta.
- c) nova condenação por crime anterior quando, somada ao restante da pena em execução, torne incabível a permanência no regime mais brando.
- d) prática de crime doloso.
- e) prática de falta grave.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

31. Quanto ao direito constitucional processual penal assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) é possível a invasão domiciliar com autorização judicial, mesmo após as 18;00 horas, desde que ainda não seja noite, observado o critério físico-astronômico situado entre a aurora e o crepúsculo.
- b) a decisão judicial não pode, mesmo que excepcionalmente, estabelecer hipóteses de quebra de inviolabilidade da correspondência, valorando a consagração das liberdades públicas e os direitos humanos.
- c) provas ilícitas são aquelas produzidas com violação das normas processuais colocadas em função de interesses atinentes à lógica e à finalidade do processo.
- d) pode o juiz determinar ao jornalista ou ao repórter, para o imprescindível trâmite de ação penal, a indicação de fonte da notícia mesmo quando necessário seu resguardo ao exercício profissional, considerando a supremacia do interesse público sobre o privado.
- e) a Lei Federal nº 9.296 de 24 de julho de 1996, regulamentando o inciso XII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinou a possibilidade de interceptação de comunicações telefônicas, desde que verificados indícios razoáveis de autoria, impossibilidade de realização de prova por outros meios, nos casos de crimes apenados com reclusão e detenção.

32. No que respeita ao princípio da oficialidade no processo penal é **INCORRETO** afirmar que:

- a) os órgãos incumbidos da *persecutio criminis* devem ser estatais, porque eminentemente pública a função penal.
- b) ao contrário da Inglaterra, dos Estados Unidos e da Espanha, o ordenamento jurídico brasileiro não admite ação penal popular.
- c) o princípio da oficialidade desdobra-se na regra da autoridade e da oficiosidade.
- d) o caráter público das normas penais, materiais e formais e a necessidade de assegurar a convivência dos indivíduos na sociedade, acarretam como consequência que o *jus puniend* seja necessariamente exercido.
- e) uma das formas de restrição ao princípio da oficialidade é o manejo pelo particular, quando legalmente autorizado, de ação penal privada.

33. Das afirmativas abaixo:

I – O funcionário público civil deverá ser citado pessoalmente, devendo ser notificado também o chefe da repartição.

II – No que se refere à intimação da decisão de pronúncia, nos procedimentos do Tribunal do Júri, em se tratando de crimes inafiançáveis, a intimação será feita ao réu pessoalmente ou ao procurador, desde que constituído.

III – Em se tratando de infração de menor potencial ofensivo não há possibilidade de citação por edital, devendo o juiz, na hipótese de não ser encontrado o infrator, remeter o processo para o Juízo comum, para adoção de procedimento cabível.

IV – O Juízo estadual exercerá jurisdição federal, por delegação, no caso de crime de tráfico internacional de drogas, se o lugar em que tiver sido praticado o delito for município que não seja sede de vara da Justiça Federal.

V – O não comparecimento do réu citado por edital para o interrogatório levará a suspensão do processo, com a correspondente suspensão do prazo prescricional.

Estão **CORRETAS**:

- a) somente I, III e V;

- b) somente II, III e IV;
- c) somente III, IV e V;
- d) somente I, III e IV;
- e) todas as alternativas;

34. Da decisão não unânime proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado em pedido de *habeas corpus* caberá:

- a) Embargos infringentes ou de nulidade ao Superior Tribunal de Justiça.
- b) Agravo de Instrumento ao Supremo Tribunal Federal.
- c) Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça.
- d) Embargos Declaratórios à Câmara Julgadora.
- e) *Habeas Corpus* ao Supremo Tribunal Federal.

35. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Considera-se indício a circunstância conhecida e provada que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se pela existência de outra ou outras circunstâncias.
- b) São proibidas de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, salvo se, desobrigadas pela parte interessada, quiseram dar seu testemunho.
- c) O Juiz não ficará adstrito ao laudo pericial que lhe for apresentado, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.
- d) A confissão será divisível e retratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas colhidas.
- e) As cartas não poderão ser exibidas em juízo pelo respectivo destinatário, para defesa de seu direito, quando não haja concordância do signatário.

36. Assinale a alternativa **CORRETA**:

I) Os condenados que cumprem pena em regime fechado ou semi-aberto e os presos provisórios poderão obter permissão para sair do estabelecimento, mediante escolta, quando ocorrer: falecimento ou doença grave do cônjuge, companheira, ascendente, descendente ou irmão e também nas hipóteses de necessidade de tratamento médico, sendo a autorização para saída, concedida por ato motivado do juiz da execução.

II) Contra a decisão que denegar recurso é cabível carta testemunhável, assim, ao recorrente que tiver contra si, denegada apelação, irá requerer ao escrivão, nas 48 (quarenta e oito) horas seguintes ao despacho que denegar o recurso, indicando o requerente as peças do processo que deverão ser trasladadas.

III) Não é nula a citação por edital de réu preso em outra unidade da Federação em que o juiz exerce a sua jurisdição.

IV) Se o juiz reconhecer a possibilidade de nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de circunstância elementar, não contida, explícita ou implicitamente, na denúncia ou na queixa, que importe em aplicação de pena mais grave, o juiz baixará o processo, a fim de que a defesa, no prazo de 08 (oito) dias, fale e, se quiser, produza prova, podendo ser ouvidas até três testemunhas.

V) Caberão embargos de declaração quando, em sentença ou acórdão, nos crimes atinentes à lei dos juizados especiais criminais, houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida, sendo os embargos opostos por escrito ou oralmente, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da ciência da decisão.

- a) as alternativas I, III e IV estão incorretas;
- b) as alternativas II, IV e V estão incorretas;
- c) as alternativas II, III e V estão incorretas;

- d) as alternativas I, II e IV estão incorretas;
- e) as alternativas I, II, IV e V estão incorretas

37. Assinale a alternativa **INCORRETA**

- a) A representação para a propositura da ação penal pública, nos casos em que a Lei 9099/95 (Juizados Especiais Cíveis e Criminais), passou a exigir, implica em que o ofendido ou seu representante legal, será intimado para oferecê-la no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de decadência.
- b) Se o Órgão do Ministério Público não oferecer denúncia, requerendo o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o juiz, no caso de considerar procedentes as razões invocadas, fará remessa do inquérito ou peças de informação ao procurador-geral, e este oferecerá a denúncia, designará outro órgão do Ministério Público para oferecê-la, ou insistirá no pedido de arquivamento, ao qual só então estará o juiz obrigado a atender.
- c) Para os crimes praticados através da imprensa (Lei 5250/67), o lugar do delito, para a determinação da competência territorial, será aquele em que for impresso o jornal ou periódico, e o do local do estúdio do permissionário ou concessionário do serviço de radiodifusão, bem como o da administração principal da agência noticiosa.
- d) Em relação às irregularidades que levam à nulidade absoluta, a possibilidade de reconhecimento pelo Tribunal, ex officio, nos casos de recurso voluntário, está restrita às situações em que o desrespeito à forma tiver prejudicado a defesa; ao contrário, quando se tratar de vício cujo reconhecimento favoreça a acusação, será indispensável a arguição do vício como preliminar do recurso.
- e) Verificada a ocorrência de nulidade relativa, em processo de rito sumário, tem-se que a falta de oportuno protesto, impede o apelante de ver acolhida a nulidade, mesmo que levantado o vício como questão preliminar de recurso.

38. Assinale a alternativa **CORRETA**

- a) recurso de agravo em execução, contra as decisões proferidas pelo juiz das execuções penais, possui efeito suspensivo.
- b) livramento condicional poderá ser concedido mediante requerimento do sentenciado, de seu cônjuge ou de parente em linha reta, ou colateral até segundo grau, ou por proposta do diretor do estabelecimento penal, ou por iniciativa do Conselho Penitenciário.
- c) Tendo em vista a formalidade processual que reveste a oposição de exceção de incompetência do juízo, deverá ser apresentada somente por escrito, no prazo da defesa.
- d) Independentemente de aceitação das partes, o mesmo conselho poderá conhecer de mais de um processo, na mesma sessão de julgamento, mas prestará cada vez, novo compromisso.
- e) A competência para julgar um sargento PM, que estando em serviço, exercendo funções de policial militar do trânsito, incidiu na prática de delito capitulado na Lei 4898/65 (abuso de autoridade), é da justiça comum.

39. Das alternativas abaixo:

- I. Dentre os institutos processuais existentes na Lei dos Juizados Especiais Criminais, temos a suspensão condicional do processo, que consiste em um acordo celebrado entre o representante do Ministério Público e o autor do fato, pelo qual o primeiro propõe ao segundo uma pena alternativa, amparado no princípio da oportunidade ou discricionariedade, que propicia ao órgão acusatório dispor da ação penal, atenuando o princípio da obrigatoriedade.

- II. A competência pelo lugar da infração determina que quando o primeiro ato de execução for praticado fora do território nacional, será competente o juiz do lugar em que o crime, embora parcialmente, tenha produzido ou devia produzir seu resultado.
- III. Prevê o Código de Processo Penal que poderão recusar-se a depor: o ascendente ou descendente, o afim em linha reta, o cônjuge ainda que desquitado, o irmão e o pai, a mãe, ou o filho adotivo do acusado, salvo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias.
- IV. A tempestividade dos recursos, não estando prevista expressamente, como requisito do instituto da fungibilidade dos recursos, torna-se dispensável, quando do acolhimento de um recurso, em lugar de outro, que fora interposto erroneamente.
- V. Ocorrendo a interposição de recurso especial, ou de recurso extraordinário, não haverá óbice à execução da decisão condenatória recorrida, tendo em vista o disposto na Lei n. 8038/90.

Estão **INCORRETAS**:

- a) somente I, III e V
- b) somente II, III e IV
- c) somente I, II e IV
- d) somente I, III e IV
- e) somente II, IV e V

40. Sobre NULIDADES é **INCORRETO** afirmar que

- a) sistema da instrumentalidade das formas é aquele em que se dá mais valor à finalidade pela qual a forma foi instituída e ao prejuízo causado pelo ato atípico, cabendo ao juiz, diante de cada situação, verificar a conveniência de retirar a eficácia do ato praticado em desacordo com o modelo legal.
- b) Dentre os princípios gerais adotados pelo Código de Processo Penal, para decretação de nulidades, os quatro que mais se destacam são: o da causalidade, o do prejuízo, o da convalidação e o do interesse.
- c) A nulidade dos atos da fase postulatória do processo se propaga para os demais atos, enquanto que a invalidade dos atos de instrução, não contamina os outros atos de aquisição da prova validamente realizados.
- d) compromisso das pessoas nomeadas para a realização da prova pericial, constitui formalidade essencial, de modo que sua falta implica em nulidade, cujo reconhecimento independe da demonstração do prejuízo.
- e) princípio da correlação entre a acusação e a sentença, liga-se ao princípio da inércia da jurisdição e, no processo penal, constitui garantia do réu, sendo certo que seu descumprimento pode acarretar: decisões extra petita; ultra petita ou citra petita.

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

41. Para que seja possível a imputação do pagamento, deverão concorrer os seguintes requisitos:

- a) Dois ou mais débitos de um devedor a um só credor, de igual valor, com vencimentos distintos.
- b) Dois ou mais débitos de um devedor a um só credor, positivos, ainda que ilíquidos, mas com vencimentos simultâneos.
- c) Dois ou mais débitos de um devedor a um só credor, um deles mais antigo que o(s) outro(s).
- d) Dois ou mais débitos de um devedor a um só credor, da mesma natureza, positivos e vencidos.
- e) Dois ou mais débitos de um devedor a um só credor, constituídos de capital e juros, de igual valor, o segundo mais antigo que o primeiro.

42. **A** compromissou-se em face de **B**, relativamente à entrega de um quadro pintado por artista plástico consagrado, obrigando-se a proceder à tradição da coisa no próprio domicílio do credor, o qual contratou uma cara festa para a exibição do quadro adquirido. Ocorre que, às vésperas do prazo avençado, **A**, negligentemente, inutilizou a obra de arte, por inteiro, ao tentar limpá-la. Analise a situação e assinale a alternativa correta:

- a) Trata-se de dívida portátil, da espécie obrigação de dar, cujo objeto pereceu por culpa do devedor, incumbindo-lhe, por consequência, o dever de responder pelo equivalente, mais perdas e danos.
- b) Trata-se de dívida portátil, da espécie obrigação de dar, sendo certo que a ocorrência da perda total do objeto, antes da tradição, por negligência do devedor, implicará na dupla possibilidade de o credor aceitá-la no estado em que se acha, ou exigir o equivalente, sempre com direito à indenização por perdas e danos.
- c) Trata-se de dívida quesível, da espécie obrigação de dar, cuja inexecução deve-se ao perecimento culposo da coisa, objeto da prestação, restando o devedor obrigado à entrega de outra, de igual qualidade e quantidade, para o efeito da satisfação do interesse jurídico do credor.
- d) Trata-se de dívida quesível, da espécie obrigação de fazer, cujo devedor culposo, em face da impossibilidade de proceder à entrega, estará obrigado, tão apenas, à indenização por perdas e danos ao credor, titular do direito subjetivo.
- e) Trata-se de dívida portátil, da espécie obrigação de fazer, de caráter imaterial (infungível a coisa), cuja impossibilidade de adimplir obrigará o devedor culposo ao pagamento do equivalente em dinheiro, bem como à devolução do preço pago.

43. Todas as proposições abaixo são incorretas, **EXCETO**:

- a) A sociedade em conta de participação adquire personalidade jurídica com a inscrição, no registro próprio e na forma da lei, dos seus atos constitutivos.
- b) Os cônjuges somente poderão contratar sociedade entre si se forem casados em regime da separação obrigatória ou da comunhão universal de bens.
- c) Código Civil de 2002 autoriza expressamente a despersonalização da pessoa jurídica, desde que haja abuso caracterizado pelo desvio de finalidade ou confusão patrimonial.
- d) As edificações, quando separadas do solo e removidas para outro local, mesmo conservando sua unidade, perdem o caráter de bens imóveis.
- e) pseudônimo, mesmo adotado para atividades lícitas, não goza da proteção da lei civil.

44. Todas as proposições abaixo são corretas, **EXCETO**:
- a) Código Civil de 2002 mantém o princípio da tipicidade dos direitos reais.
 - b) É competência privativa da assembleia geral das associações eleger e destituir administradores, alterar o estatuto e aprovar as contas.
 - c) Os negócios jurídicos são invalidados apenas pelas condições ilícitas, de fazer coisa ilícita ou pelas condições física ou juridicamente impossíveis, quando suspensivas.
 - d) Compete ao Ministério Público a elaboração do estatuto da fundação, caso este não seja feito no prazo assinado pelo instituidor ou, se não houver prazo, no lapso temporal de 180 (cento e oitenta dias).
 - e) Quando a lei prever que determinado ato é anulável, e não estabelecer prazo para pleitear-se sua anulação, este será de 2 anos a contar da data de conclusão do ato.
45. Todas as proposições abaixo são corretas, **EXCETO**:
- a) Na sociedade limitada a contribuição dos sócios pode ser mediante investimento de capital ou prestação de serviços.
 - b) A decadência, quando fixada em lei, é irrenunciável.
 - c) Nas associações não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.
 - d) São indícios da aplicação dos princípios sociais aos contratos, no Código Civil de 2002, os institutos da lesão e do estado de perigo.
 - e) Os pactos e declarações antenupciais do empresário, o título de doação, herança, ou legado, de bens clausulados de incomunicabilidade ou inalienabilidade, deverão ser arquivados no Registro Civil e no Registro Público de Empresas Mercantis.
46. Todas as proposições abaixo são incorretas, **EXCETO**:
- a) Prescreve em três anos, a partir da data do vencimento, a pretensão para cobrar as prestações alimentares.
 - b) incapaz nunca responde pelos prejuízos que causar, mesmo se seus responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes para tal.
 - c) A administração atribuída no contrato social a todos os sócios estende-se de pleno direito aos que posteriormente adquiram esta qualidade.
 - d) A sentença que decretar/homologar a separação judicial do empresário só pode ser oposta a terceiros depois de arquivada e averbada no Registro Público de Empresas Mercantis.
 - e) pagamento de título de crédito, que contenha obrigação de pagar soma determinada, pode ser garantido por aval, podendo este ser total ou parcial.
47. Todas as proposições abaixo são corretas, **EXCETO**:
- a) prazo da usucapião extraordinária pode ser reduzido de quinze para dez anos, caso o possuidor tenha estabelecido no imóvel a sua moradia constante, ou mesmo, se nele houver realizado obras ou serviços de cunho produtivo.
 - b) A realização de obras voluptuárias no condomínio depende do voto de dois terços dos condôminos.
 - c) Uma das causas da extinção do usufruto, inclusive com o cancelamento do registro no Cartório de Registro de Imóveis, é a não-fruição da coisa sobre a qual o usufruto recai.
 - d) As pertencas são bens que, embora não constituam partes integrantes, destinam-se ao uso, serviço ou ao aformoseamento de outro bem de forma duradoura.
 - e) A morte é presumida quanto aos ausentes, nas hipóteses em que a lei autoriza a abertura da sucessão, seja ela provisória ou definitiva.

48. Todas as proposições abaixo estão incorretas, **EXCETO**:

- a) A escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos para constituição e transferência de direitos reais sobre imóveis de valor superior a vinte salários mínimos.
- b) Os negócios jurídicos entre vivos, sem prazo preestabelecido, são exequíveis trinta dias após o descumprimento de cláusula contratual.
- c) erro é substancial somente quando se refere à identidade ou qualidade essencial da pessoa a quem se refira a declaração de vontade e prejudica sempre a validade do negócio jurídico.
- d) A anulabilidade dos negócios jurídicos só tem efeito após a sentença e aproveita somente aos interessados que a alegarem, exceto em caso de solidariedade ou indivisibilidade.
- e) Se não houver testamentário nomeado pelo testador, ficará em seu lugar um herdeiro nomeado pelo juiz.

49) É correto afirmar, **EXCETO**:

- a) A posse pode ser adquirida por terceiro, mesmo sem mandato, mas pendente de ratificação.
- b) contrato, título à propriedade fiduciária, deverá, necessariamente, conter a descrição da coisa objeto da transferência, o total da dívida e a taxa de juros, se houver.
- c) usufruto pode recair em títulos de crédito e, neste caso, o usufrutuário tem direito a cobrar as respectivas dívidas.
- d) direito de representação na linha transversal se dá somente em favor dos filhos de irmãos do falecido, se com irmãos deste concorrerem.
- e) direito de demandar a exclusão dos herdeiros extingue-se em quatro anos, a partir do falecimento do autor da herança e não são válidas as alienações onerosas de bens hereditários a terceiros de boa-fé antes da sentença de exclusão.

50) As proposições abaixo estão corretas, **EXCETO**:

- a) casamento putativo pode ser nulo ou anulável.
- b) A separação ou divórcio do cônjuge acometido de doença mental grave, manifestada após o casamento, pode ser impetrada apenas pelo curador ou pelo irmão.
- c) Os regimes de bens previstos pelo Código Civil Brasileiro são exemplificativos e não taxativos.
- d) No regime de bens da participação final nos aquestos, o direito à meação não é renunciável ou penhorável na vigência do regime matrimonial.
- e) As mulheres casadas, bem como aqueles que tiverem sob sua guarda mais de três filhos, podem excusar-se do exercício do cargo de tutores.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

51. Caio, através de advogado constituído, moveu uma ação de indenização por danos morais contra o supermercado “X”, na Comarca de Belo Horizonte. A ação foi julgada improcedente e a sentença publicada na imprensa oficial (“Minas Gerais”) no sábado, dia 15 de março de 2003. O prazo recursal finda, assim:

- a) no sábado, dia 29 de março de 2003;
- b) no domingo, dia 30 de março de 2003;
- c) na segunda- feira, dia 31 de março de 2003;
- d) na terça-feira, dia 01 de abril de 2003;
- e) na quarta-feira, dia 02 de abril de 2003.

52. Quanto à interdição é certo dizer que:

I- o interditando será representado em juízo pelo curador especial quando o Ministério Público for o demandante;

II- não sendo demandada a especialização da hipoteca legal pelo curador caberá ao Ministério Público promovê-la;

III- há possibilidade de levantamento da interdição apesar da coisa julgada material que se forma sobre a sentença que instituiu a curatela;

IV- o pedido de levantamento da interdição poderá ser feito pelo próprio interditado.

- a) somente as proposições I e II são verdadeiras;
- b) somente as proposições II e III são verdadeiras;
- c) somente as proposições I e III são verdadeiras;
- d) somente as proposições I, II e III são verdadeiras;
- e) as proposições I, II, III e IV são verdadeiras.

53. Assinale a opção **INCORRETA**:

- a) a continência entre duas ou mais ações ocorre sempre que há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras;
- b) suspende-se o processo pela morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador;
- c) extingue-se o processo, com o julgamento de mérito, quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição;
- d) a citação pelo correio não poderá ser feita nas ações de estado;
- e) a alteração do pedido ou da causa de pedir será permitida após o saneamento do processo, desde que haja o consentimento do réu.

54. Quanto ao procedimento sumário é **INCORRETO** afirmar que:

- a) não é lícito ao réu, na contestação, formular pedido em seu favor fundado nos mesmos fatos referidos na inicial;
- b) será observado nas causas cujo valor não exceda a sessenta vezes o valor do salário mínimo;
- c) não será observado nas ações relativas ao estado e à capacidade das pessoas;
- d) na petição inicial o autor apresentará o rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará quesitos, podendo indicar assistente técnico;
- e) processam-se durante as férias e não se suspendem pela superveniência delas as causas que seguem o rito sumário.

55. Com relação às nulidades, assinale a opção **INCORRETA**:

- a) quando a lei prescreve determinada forma, sem cominação de nulidade, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade;
- b) é nulo o processo quando o Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir;
- c) anulado o ato, reputam-se de nenhum efeito os subsequentes, que dele dependam, todavia, a nulidade de uma parte do ato não prejudicará as outras, que dela sejam independentes;
- d) quando a lei prescrever determinada forma, sob pena de nulidade, a decretação desta pode ser requerida pela parte que lhe deu causa;
- e) o comparecimento espontâneo do réu no processo supre a falta de citação.

56. Assinale a opção **INCORRETA**:

- a) se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, poderá o juiz quando presentes os respectivos pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado;
- b) a tutela antecipada também poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso;
- c) o juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação;
- d) não se concederá a antecipação da tutela quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado;
- e) a tutela antecipada poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo, em decisão fundamentada.

57. Assinale a opção **INCORRETA**:

- a) se o autor da ação popular desistir da ação, só o Ministério Público está legitimado a promover o seu prosseguimento;
- b) o prazo para se contestar a ação popular é de vinte dias, prorrogáveis por mais vinte, a requerimento do interessado, se particularmente difícil a produção de prova documental;
- c) a ação civil pública poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer;
- d) a sentença civil proferida em ação civil pública fará coisa julgada “erga omnes”, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se a ação for julgada improcedente por deficiência de provas;
- e) na ação civil pública não haverá o adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas.

58. Assinale a opção **CORRETA**:

- a) suspende-se o processo quando for oferecida impugnação ao valor da causa;
- b) a procuração geral para o foro conferida por instrumento público ou particular assinado pela parte habilita o advogado a desistir da ação;
- c) serão distribuídos por dependência as causas de qualquer natureza que se relacionarem, por conexão ou continência, com outra já ajuizada, bem como, quando tendo havido desistência, o pedido for reiterado, mesmo que em litisconsórcio com outros autores;
- d) na desapropriação é permitido ao Poder Judiciário decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública;
- e) o Ministério Público não tem legitimidade para suscitar o conflito de competência.

59. Com relação ao Juizado Especial Cível (Lei nº 9.099/95), assinale a opção **CORRETA**:
- a) tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo;
 - b) os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuserem as normas de organização judiciária;
 - c) a sentença de primeiro grau condenará o vencido em custas e honorários de advogado;
 - d) o recurso será interposto no prazo de quinze dias, contados da ciência da sentença;
 - e) no recurso, as partes não serão obrigatoriamente representadas por advogado.
60. Assinale a opção **INCORRETA**:
- a) quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em dobro os prazos para contestar, para recorrer e, de modo geral, falar nos autos;
 - b) será retido o agravo das decisões proferidas na audiência de instrução e julgamento e das posteriores à sentença, salvo nos casos de dano de difícil e incerta reparação, nos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida;
 - c) o relator poderá converter o agravo de instrumento em agravo retido, salvo quando se tratar de provisão jurisdicional de urgência ou houver perigo de lesão grave e de difícil ou incerta reparação, remetendo os respectivos autos ao juízo da causa, onde serão apensados aos principais, cabendo agravo dessa decisão ao órgão colegiado competente;
 - d) a penhora de bens imóveis, independentemente de onde se localizem, será realizada por termo nos autos, quando apresentada a certidão da respectiva matrícula;
 - e) as questões de fato não propostas no juízo inferior não poderão, em nenhuma hipótese, ser suscitadas na apelação.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

61. Assinale a alternativa **INCORRETA**.
- Considerando o direito à própria imagem da criança e do adolescente:
- a) A exibição de fotografia de criança ou adolescente envolvido em ato infracional constitui infração administrativa sempre que permitir, direta ou indiretamente, sua identificação.
 - b) Sem prejuízo da aplicação da pena de multa, pode ser suspensa, por determinação judicial, a publicação de periódico que exibir fotografia de criança ou adolescente envolvido em ato infracional.
 - c) Constitui infração administrativa prevista no ECA a conduta daquele que fotografar ou publicar cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.
 - d) A autoridade judiciária pode suspender, por até dois dias, a programação da emissora de rádio ou televisão que exibir fotografia de criança ou adolescente envolvido em ato infracional.
 - e) Constitui infração administrativa prevista no ECA a conduta daquele que produzir ou dirigir representação teatral ou televisiva ou película cinematográfica, utilizando-se de criança ou adolescente, sem autorização judicial.

62. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

Constitui crime previsto na Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989:

- a) Procrastinar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta.
- b) Obstar, sem justa causa, o acesso de alguém a qualquer cargo público, por motivos derivados de sua deficiência.
- c) Negar, sem justa causa, a alguém, por motivos derivados de sua deficiência, emprego ou trabalho.
- d) Submeter a pessoa portadora de deficiência a vexame ou a constrangimento.
- e) Deixar de prestar assistência médica, quando possível, à pessoa portadora de deficiência.

63. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Entende-se por vigilância epidemiológica um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde.
- b) Entre as atribuições comuns da União, Estados, Distrito Federal e Municípios está a elaboração e atualização periódica do plano de saúde.
- c) As entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos terão preferência para participar do Sistema Único de Saúde (SUS), complementando os serviços públicos, sempre que a disponibilidade destes for insuficiente para garantir a cobertura assistencial à população.
- d) A atenção à saúde compreende a atenção ambiental, em seu sentido mais amplo, incluindo as relações e as condições sanitárias nos ambientes de vida e de trabalho, o controle de vetores e hospedeiros e a operação de sistemas de saneamento ambiental.
- e) Internação involuntária do portador de transtorno mental é aquela que se dá sem o consentimento do usuário, a pedido de terceiro.

64. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

O modelo de "vigilância à saúde" adotado pelo Código de Saúde de Minas Gerais inclui, entre outras atividades e diretrizes:

- a) avaliação permanente de serviços de saúde;
- b) coleta e interpretação de dados relacionados à saúde;
- c) difusão de informações relacionadas à saúde nos veículos de comunicação social;
- d) gestão centralizada no nível estadual;
- e) monitoramento sobre agravos e riscos à saúde.

65. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

Consideram-se de preservação permanente, por força da Lei n. 4.771, de 1965, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

- a) nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de cinquenta metros de largura;
- b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;
- c) em sítios de excepcional beleza ou de valor científico ou histórico;
- d) no topo de morros, montes, montanhas e serras;
- e) em altitude superior a mil e oitocentos metros.

66. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

A aquisição de propriedade imóvel por meio do usucapião coletivo exige os requisitos seguintes:

- a) área com metragem superior a duzentos e cinqüenta metros quadrados;
- b) posse por no mínimo cinco anos;
- c) impossibilidade de identificação dos terrenos ocupados por cada possuidor;
- d) posse ininterrupta e sem oposição, com ânimo de dono;
- e) utilização do imóvel para moradia de pessoas de baixa renda.

67. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

Em face das regras que disciplinam o crédito ao consumo:

- a) O consumidor deve ser informado prévia e adequadamente sobre o preço do produto ou do serviço em moeda corrente nacional, sobre o montante dos juros de mora e da taxa mensal de juros, sobre o número e periodicidade das prestações e sobre a soma total a pagar, com e sem financiamento.
- b) As multas de mora decorrentes do inadimplemento de obrigações no seu termo não poderão ser superiores a dois por cento do valor da prestação.
- c) O consumidor que pagar antecipadamente, total ou parcialmente, o seu débito, tem direito à redução proporcional dos juros e dos demais acréscimos.
- d) A abertura de cadastro contendo dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele.
- e) Para fins do exercício dos direitos de acesso e retificação de dados por via da ação constitucional de *habeas data*, os bancos de dados, os SPCs, os cadastros e quaisquer outros organismos que colem ou armazenem informações sobre consumidores são considerados entidades de caráter público.

68. Assinale a alternativa **CORRETA**.

No contrato de adesão, a cláusula que transfira responsabilidade a terceiros pode ser classificada como

- a) relativa à execução do contrato.
- b) relativa à formação do contrato.
- c) relativa ao inadimplemento do contrato.
- d) relativa à realização judicial de direitos e ao processo em geral.
- e) de agravação da responsabilidade do consumidor.

69. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

Em relação a loteamentos, nos termos da Lei Federal nº 6.766 de 1979, é possível afirmar que:

- a) ao Estado cabe disciplinar a aprovação pelos Municípios de loteamentos quando o projeto abranger área superior a um milhão de metros quadrados.
- b) quando o loteamento não estiver regularmente inscrito, ter-se-á como nula de pleno direito a cláusula contratual de rescisão de contrato por inadimplemento do adquirente do lote.
- c) todas as alterações de uso de solo rural para fins urbanos dependerão de prévia audiência do INCRA, do órgão metropolitano onde se localiza o Município, se houver, e da aprovação da Prefeitura Municipal, segundo as exigências da legislação pertinente.
- d) loteador poderá alterar o loteamento já registrado, desde que autorizado pela Prefeitura Municipal, devendo, para tanto, ser depositada no Registro de Imóveis a alteração em complemento ao projeto original com a devida averbação.
- e) a Prefeitura Municipal poderá, para evitar lesão aos seus padrões de desenvolvimento urbano e na defesa dos direitos dos adquirentes de lotes, regularizar o loteamento ou

desmembramento não autorizado ou executado sem observância das determinações do ato administrativo de licença.

70. A Lei Federal nº 8.429, de 1992, inaugurou importante estágio jurídico para a proteção do patrimônio público e punibilidade dos agentes políticos envolvidos em sua malversação. A respeito de referida legislação é **INCORRETO** afirmar que

- a) No caso de a ação ter sido proposta pelo Ministério Público, a pessoa jurídica de direito público vitimada pela lesão adotará a postura processual que bem desejar, abstendo-se de contestar o pedido, atuando ao lado do autor ou assumindo a defesa do ato impugnado.
- b) As sanções são aplicáveis, igualmente e sem discriminação, aos particulares beneficiários ou partícipes de ato de improbidade administrativa, gerando inclusive solidariedade no ressarcimento do dano.
- c) As sanções que objetivam diretamente a reparação de danos (morais e materiais) são imprescritíveis, nos termos do art. 37, § 5º, da CF.
- d) Na ação civil pública, de iniciativa do Ministério Público ou da pessoa jurídica interessada, é vedada a transação, renúncia ou conciliação entre as partes.
- e) Anteriormente ao advento da Lei Federal nº 8.429/92, já era possível a repressão ao enriquecimento ilícito.

GABARITO

01.E	02.D	03.D	04.B	05.C	06.A	07.C	08.D	09.D	10.B
11.B	12.E	13.C	14.D	15.E	16.D	17.B	18.E	19.C	20.A
21.E	22.D	23.C	24.C	25.A	26.E	27.B	28.B	29.A	30.A
31.A	32.B	33.D	34.X	35.E	36.D	37.B	38.E	39.C	40.D
41.D	42.A	43.C	44.C	45.A	46.D	47.E	48.D	49.E	50.B
51.D	52.E	53.E	54.A	55.D	56.C	57.A	58.C	59.B	60.E
61.X	62.D	63.A	64.D	65.C	66.X	67.A	68.C	69.D	70.B

X – Questão anulada.

Prova Escrita (2º Fase)

XLIII – CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Direito Administrativo - 2ª etapa

DISSERTAÇÃO

Convênios e Consórcios Administrativos
Máximo de 40 linhas

QUESTÕES

- 1ª) Quais os órgãos externos incumbidos de fiscalizar os atos administrativos e que instrumentos serão utilizados?
Máximo de 15 linhas

- 2ª) Que é afetação? E desafetação? Descrever como se processa a desafetação de determinado bem.
Máximo de 15 linhas

- 3ª) De que forma pode o Judiciário verificar e, evidentemente decidir se a hipótese inserida no decreto expropriatório como de utilidade pública ou de interesse social figura, de fato, entre as enumeradas, casuisticamente, pela lei expropriatória?
Máximo de 15 linhas

XLIII – CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Prova de Direito Constitucional – 2ª Etapa

1 - DISSERTAÇÃO

“O Município é a cidade que o Direito faz. A cidade é porque o indivíduo assim quer. O Município é porque a Lei assim determina. Como o indivíduo começa a sua caminhada histórica pela infância, o Estado inicia a sua organização pela cidade.”

(ROCHA, Carmem Lúcia Antunes. *República e Federação no Brasil*. Belo Horizonte: Del Rey, 1997, p. 261.)

Elabore texto dissertativo sobre o tema O MUNICÍPIO NA FEDERAÇÃO BRASILEIRA, com enfoque no regramento constitucional do município, sua autonomia, competências, estrutura política e poder de polícia.

(Pede-se que não sejam transcritos dispositivos legais.)

(máximo 60 linhas)

Valor - 4 pontos

2) Pode-se afirmar que o direito de propriedade consagrado hoje na Constituição Federal não é absoluto, não pode ser visto como extensão do direito privado, nem como direito individual puro, tendo em conta a sua função social.

Relacione no mínimo cinco dispositivos constitucionais conexos com o direito assegurado pelo inciso XXIII do art. 5º da Constituição Federal, estabelecendo

vínculo de reciprocidade entre eles.

(máximo 20 linhas)

Valor - 2 pontos

3) A garantia do direito à saúde na Constituição Federal de 1988 “inscreve-se exata e precisamente no rol daquele conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos voltados para a realização da nova ordem social, cujos objetivos são o bem-estar e a justiça sociais”. (TOJAL, Sebastião Botto de Barros. *Constituição Dirigente de 1988 e o Direito à Saúde*. In: MORAES, Alexandre de. (Coord.). *Os dez anos da Constituição Federal - Temas Diversos*. São Paulo: Atlas, 1999, p. 33-44.)

Justifique a legitimidade do Ministério Público para a defesa do direito à saúde com fundamento nas Constituições Federal e Estadual.

(máximo 15 linhas)

Valor - 2 pontos

4) A inobservância da cláusula de reserva de plenário acarreta a nulidade da declaração jurisdicional de inconstitucionalidade de atos do poder público? Justifique e fundamente sua resposta.

(máximo 15 linhas)

Valor - 2 pontos

XLIII – CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Prova de Direito Civil – 2ª Etapa – 01/09/2003

1 – Dissertação (4 pontos):

Tema: PARENTESCO E FILIAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO

Roteiro: Faça uma síntese¹ e analise² o tema proposto, com base no Código Civil Brasileiro de 2002, inclusive referenciando-se historicamente, mencionando as diversas posições doutrinárias e jurisprudenciais, bem como trazendo exemplos práticos.

2 – O que significa o estatuto jurídico do patrimônio mínimo? Como ele se evidencia no Código Civil de 2002? (2 pontos)

3 – João casou-se com Maria em 1980, sob o regime da separação total de bens. À época do casamento, João tinha 28 anos e Maria, 27. Tiveram 4 filhos, Marcos, Mara, Marcela e Maurício. João morreu em 3 de junho de 2003, *ab intestato*, deixando um patrimônio no valor total de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). (2 pontos)

3.1 – Qual é o percentual ou fração do quinhão de cada herdeiro?

3.2 – Se João tivesse tido uma relação fora do casamento, e daí nascido uma filha, Ana Clara, qual é o percentual ou fração do quinhão de cada herdeiro?

3.3 – Se a relação entre João e Maria fosse uma união estável, haveria alguma diferença na partilha dos bens de João? Em caso positivo, qual o percentual ou fração do quinhão de cada herdeiro?

3.4 – Mara e Marcela, filhas de João são gêmeas. Nasceram de uma inseminação artificial homóloga feita pelo casal, que desejava ter mais filhos, mas tinham problemas relativos à fecundação. Naquela oportunidade, restaram mais dois embriões, que ficaram criopreservados em uma Clínica de Reprodução Assistida em Belo Horizonte, e lá encontram-se até hoje. Nestas condições, como ficaria a partilha de João?

4 – Explique o que é culpa presumida, demonstrando a construção deste conceito desde o Código Civil de 1916, comparando-a com o que dispõe a atual legislação (Código Civil de 2002), e abordando a evolução da presunção de culpa para a presunção de responsabilidade. (2 pontos)

¹ Síntese é diferente de resumo. Síntese é a elaboração pessoal a partir de diversas fontes de informação, enriquecida com posições teóricas diferenciadas.

² Analisar é também identificar e estabelecer padrão.

XLIII – CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Prova de Direito Penal – 2ª Etapa

Dissertação (Máximo de cinquenta linhas – 4 pontos)

Estrito cumprimento do dever legal e tipicidade conglobante.

1ª Questão (2 pontos)

Suponha-se que, até certo momento, a conduta descrita no art. 55 da Lei 9.605/98 (executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida) fosse considerada típica apenas com a comprovação do perigo concreto para o meio ambiente, salvaguardando-se o princípio da lesividade. Firme nesse posicionamento jurisprudencial, João decidiu executar pesquisa de recursos minerais sem qualquer autorização do poder público, preocupando-se apenas em não colocar em risco o meio ambiente, muito embora tenha utilizado produtos químicos. Todavia, após a conclusão da pesquisa, a jurisprudência massivamente passou a considerar típica aquela conduta ao deslocar o foco da danosidade para a aproveitabilidade do meio ambiente. Analise o caso e responda se o crime ambiental pode ser imputado a João, esclarecendo, dentre outros pontos, em que consiste a idéia de “aproveitabilidade do meio ambiente”; se às mudanças de critério jurisprudencial se aplicam as razões que fundamentam a proibição da retroatividade mais gravosa e se a hipótese pode ser apresentada como erro de tipo ou erro de proibição, vencível ou invencível.

2ª Questão (2 pontos)

Dois detetives receberam determinação da inspetoria de sua Delegacia para prender um conhecido assaltante da circunscrição. Segundo a determinação, feita verbalmente, havia sido expedido contra o mencionado assaltante um mandado de prisão preventiva. Os dois policiais, em cumprimento à determinação, realizaram a prisão do assaltante, sendo necessário para tanto a utilização de força física – a estritamente necessária – que produziu lesão corporal de natureza grave. Na verdade, não havia ordem judicial de prisão em desfavor do preso, fato conhecido apenas pelo Inspetor de detetives prolator da determinação, que pretendia com a custódia ilegal vingar-se por ofensas passadas. Analise o caso e responda fundamentadamente se o inspetor e os detetives devem responder pela prisão ilegal, bem como pelas lesões corporais produzidas.

3ª Questão (2 pontos)

Diferencie: a) condições objetivas de punibilidade e delitos qualificados pelo resultado; b) culpabilidade psicológica, culpabilidade normativa e culpabilidade funcional; c) furto qualificado pela fraude e estelionato e d) perdão judicial e escusas absolutórias.

XLIII – CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Prova de Direito Processual Civil – 2ª Etapa

DISSERTAÇÃO: (valor quatro pontos)

A capacidade postulatória (obrigatoriedade, extensão da atuação) e a *legitimidade recursal* (e eventual desistência) do Ministério Público em sede de Mandado de Segurança.

PRIMEIRA QUESTÃO: (valor dois pontos)

João, menor impúbere, representado por sua mãe Maria Aparecida, ajuizou ação de investigação de paternidade em face do espólio de José Joaquim alegando, em síntese, que sua genitora manteve relações sexuais com o finado José Joaquim, em período coincidente com a sua concepção. Requereu o autor, assim, fosse reconhecida, por sentença, a paternidade pleiteada, com a expedição do respectivo mandado ao competente Cartório de Registro Civil para averbação do nome do seu pai e dos seus avós paternos na sua certidão de nascimento. O falecido José Joaquim era casado com Josefa e tinha dois filhos maiores e solteiros, Caio e Cássio. A inicial veio instruída com procuração (instrumento particular) e com as certidões de nascimento do menor e de óbito do suposto pai. O Juiz, ao receber a inicial, determinou a abertura de vista dos autos ao Ministério Público.

Apresente parecer fundamentado, como Representante do Ministério Público, quanto à regularidade da petição inicial.

SEGUNDA QUESTÃO: (valor dois pontos)

O que é procedimento de jurisdição voluntária?

TERCEIRA QUESTÃO: (valor dois pontos)

José, representado por sua mãe, moveu ação de alimentos em face de seu pai Mévio. A ação foi julgada procedente e o réu condenado a pagar alimentos a seu filho, no valor correspondente a dois salários mínimos. Insatisfeito, Mévio interpôs recurso de apelação que foi recebido no efeito devolutivo. Aberta vista dos autos ao autor para contra-razões, ele requereu a desistência da ação, com a qual não se opôs o alimentante.

É possível a homologação da desistência da referida ação? Justifique a resposta.

XLIII - CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Prova de Legislação Especial - 2ª Etapa

1ª Questão (Máximo de quarenta linhas – 4 pontos)

“O herbicida glifosato, ao qual a soja transgênica Roundup Ready® (RR) é resistente, foi o principal causador de intoxicação no Brasil entre 1996 e 2000, com 11,2% das ocorrências. [...] No Brasil, o glifosato é fabricado sob diversas marcas, sendo o mais vendido o Roundup® da Monsanto. Segundo o *marketing* da empresa, com a liberação da soja RR será lançado o herbicida Roundup Ready®, o único adequado à sua soja, ou seja, teremos o pacote Roundup Ready®. O herbicida é também o mais usado na Europa. Em junho passado, aliás, o ministro dinamarquês do Meio Ambiente, Hans Christian Schmidt, anunciou restrições nunca vistas ao produto. As medidas foram tomadas após a publicação de uma pesquisa mostrando a presença de glifosato na água de subsolo, de onde a Dinamarca obtém parte de sua água potável. Segundo o ministro, as concentrações não excederam os limites permitidos, mas quantidades inaceitáveis de glifosato podem atingir, via drenagem, níveis mais elevados na água subterrânea. A partir de 15 de setembro, na Dinamarca, as aplicações de glifosato serão banidas nos lugares onde a lixiviação (carreamento de resíduos tóxicos para camadas mais profundas do solo) é intensa devido às chuvas pesadas.” (PERIGO no herbicida da soja transgênica. In: *Consumidor S.A*, n. 72, ago.\set. 2003, São Paulo: Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), p. 20/21)

Ciente da informação supra e do uso intensivo do herbicida glifosato no território dos Municípios que compõem sua Comarca, você se propõe a investigar, entre outros, os possíveis danos a reservatórios subterrâneos de água, visando à promoção da responsabilidade civil. Com essa finalidade, elabore um relatório apresentando o seguinte:

- a) princípios e regras aplicáveis;
- b) pressupostos das normas identificadas;
- c) providências necessárias para que seja verificada a ocorrência dos fatos exigidos para a definição da responsabilidade civil;
- d) instrumentos utilizados para a obtenção das informações no Inquérito Civil.

2ª Questão (Máximo de quinze linhas – 2 pontos)

O direito à saúde inclui a assistência farmacêutica integral e gratuita? Em caso positivo, a prestação de assistência farmacêutica pode ser condicionada à avaliação do paciente pelo SUS? Justifique.

3ª Questão (Máximo de quinze linhas – 2 pontos)

No direito do consumidor, o que se entende por “consentimento esclarecido”, e a que princípio ele se relaciona?

4ª Questão (Máximo de quinze linhas – 2 pontos)

De que forma o Estatuto da Criança e do Adolescente superou a “doutrina da situação irregular”?

XLIII - CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Prova de Direito Processual Penal - 2ª Etapa

QUESTÃO 01 (valor 04 pontos)

AGRIPINO DE SOUZA, casado, lavrador, residente e domiciliado na cidade e comarca de São João do Tiquira, neste Estado, foi intimado pelo meirinho da comarca de Manuelópolis, a comparecer em audiência de instrução e julgamento dessa jurisdição em ação de investigação de paternidade, às 14:00 horas.

Dada a proximidade entre as cidades, vinte e cinco quilômetros, AGRIPINO DE SOUZA, pôs-se a fazer o trajeto à pé, mesmo porque estava desprovido de numerário suficiente para pagamento de passagem de transporte coletivo em estrada vicinal. Ocorre que AGRIPINO DE SOUZA acabou por chegar tardiamente ao ato, por volta das 17:30 horas, quando a audiência civil já havia encerrado.

Apresentando-se em juízo com a cópia da intimação, o Juiz GERALDO ANTUNES não titubeou em determinar seu imediato encarceramento pelo *fragrance* de desobediência, nos termos do art. 330 do Código Penal Brasileiro, sob o entendimento de que a conduta de AGRIPINO DE SOUZA traduziu um desprezo à Justiça. Elaborado o auto de prisão em flagrante, no dia seguinte a peça foi com vista ao Ministério Público.

Dia seguinte o Juiz GERALDO ANTUNES foi agraciado com merecidas férias, não designando o Tribunal de Justiça outro Juiz de Direito substituto para a Comarca de Manuelópolis.

PEDE-SE:

Considerando o acima exposto indique qual é a correta providência (ação/recurso) a ser entabulada pelo Ministério Público, para a preservação dos cânones constitucionais processuais penais, fundamentando-a legal e juridicamente. Após indicada e justificada a providência, disserte sobre o instituto escolhido.

QUESTÃO 02 (valor 02 pontos)

Fale sobre o princípio processual da correlação entre a acusação e a sentença, dentro dos seguintes parâmetros:

- a) dê o conceito e a aplicação;
- b) aponte o momento processual em que ele efetivamente se concretiza;

- c) diga a qual outro princípio ele está interligado;
- d) apresente as conseqüências jurídicas, resultantes de seu descumprimento.

QUESTÃO 03 (valor 02 pontos)

Na comarca de São Joaquim de Minas, "A" foi denunciado pela prática de crime de homicídio na modalidade tentada (art. 121, § 2º, inciso II, c/c. art. 14, inciso II), ambos do Código Penal. Regularmente processado e chegando ao término da primeira fase do rito do júri, o juiz de direito desclassificou a infração penal, para o crime de perigo de que cuida o artigo 132 do Código Penal e no mesmo ato, aplicou a pena privativa de liberdade de 03 (três) meses de detenção. O Promotor de Justiça, ao tomar ciência da decisão, interpôs em tempo hábil, recurso em sentido estrito, pleiteando a reforma da decisão, para que o acusado fosse pronunciado, pelo crime originalmente descrito na denúncia. P E R G U N T A - S E:

- a) está correta a atuação do Promotor de Justiça ?. Sim ou Não. JUSTIFIQUE apontando todos os fundamentos legais e jurídicos;
- b) a atitude do juiz de direito está correta ?. Sim ou Não. JUSTIFIQUE apontando todos os fundamentos legais e jurídicos;
- c) em Segunda Instância, o que deverá ser apontado ao Tribunal de Justiça pelo Procurador de Justiça oficiante no processo? JUSTIFIQUE;
- d) qual(is) providência(s) deverá(ão) ser tomada(s) pelo Tribunal de Justiça ? JUSTIFIQUE

QUESTÃO 04 (valor 02 pontos)

Fale sobre o instituto processual denominado: "prorrogação de competência".

- a) conceitue;
- b) dê as formas de aplicação e os fundamentos legais.